

Brasília, quinta-feira, 26 de setembro de 2002

26 SET 2002

DF - CORRUPÇÃO

CORREIO BRAZILIENSE

ESCÂNDALO DAS FITAS

Polícia Civil não tem pistas de Márcio Passos e do topógrafo Vinício Tasso, acusados de promover parcelamento ilegal de terras. Hoje, o tribunal de Justiça do DF julga pedido de habeas corpus que pode revogar a prisão dos três acusados

Livres da prisão há 15 dias

Roberto Fonseca e
Valéria Feitoza

Da equipe do Correio

Exatos 15 dias desde a decretação da prisão preventiva dos irmãos Pedro e Márcio Passos e do topógrafo Vinício Jadiscke Tasso, eles continuam livres. Mais uma vez os três, acusados de promover parcelamento ilegal de terras, têm seu destino nas mãos do desembargador Edson Alfredo Smaniotto, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (- TJDF). Hoje, o desembargador deve levar a julgamento, na 1ª Turma Criminal, o pedido de *habeas corpus* que pode revogar a prisão dos três acusados. Vinício e Márcio continuam foragidos e Pedro, já liberado, intensificou sua campanha a um mandato à Câ-

mara Legislativa.

Antes de apreciar o pedido, a turma terá que finalizar o julgamento de recurso apresentado pelos advogados dos irmãos Passos, contra a primeira decisão de Smaniotto, que negou a liminar de *habeas corpus*. Na semana passada, Smaniotto e o juiz Fernando Habib já haviam votado contra o recurso. O desembargador Pedro Aurélio Rosa de Farias só irá apresentar seu voto na sessão de hoje. Depois disso, Smaniotto deve pôr em votação o mérito do pedido de *habeas corpus*.

Nas mãos do desembargador está também o recurso dos promotores do Ministério Público do DF que investigam os irmãos Passos. Eles querem que Smaniotto anule o relaxamento temporário de prisão concedido a Pedro no último sábado. Ele va-

Ronaldo de Oliveira 21.9.02



CANDIDATO A DEPUTADO DISTRITAL PELO PSD, PEDRO PASSOS FAZ CAMPANHA LIVREMENTE PELO DF

leu-se de um artigo do Código Eleitoral que proíbe a prisão de qualquer candidato no período de 15 dias antes até 48 horas depois das eleições.

Enquanto aguarda as decisões judiciais, Pedro faz campanha livremente. Ontem, passou o dia fazendo corpo-a-corpo com eleitoras na Ceilândia. Vinício e Tasso não foram presos. O delegado Antônio Admar, titular da Delegacia de Captura e Polícia Interestadual, acredita que os dois es-

tão escondidos fora do DF.

Duas pistas surgidas nesta semana indicam que Márcio e o topógrafo estariam escondidos em locais distintos. Um evita entrar em contato com o outro. A suspeita principal é de que Márcio esteja em Goiás ou em Mato Grosso do Sul. Já Vinício deve estar no interior de São Paulo. O número de policiais que atuam nas investigações é o mesmo desde o começo: 36. Eles se revezam em turnos de seis horas corridas.

O objetivo da Polícia Civil é prendê-los antes do dia 1º de outubro, próxima terça-feira. A partir desse dia, os dois poderão se beneficiar do mesmo artigo do Código Eleitoral que adiou a prisão de Pedro. O artigo determina que cinco dias antes da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso, senão em flagrante ou por sentença contra a qual não cabe mais recurso. O advogado dos irmãos Passos, André Campos Amaral, não quis comentar o assunto.

PF ouvirá aliados de Roriz

Ontem, a Polícia Federal recebeu o pedido do ministro José Augusto Delgado, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para que interrogue os deputados distritais Odilon Aires e Gim Argello, o deputado federal Tadeu Filippelli e o secretário de Comunicação do GDF, Weligton Moraes. Eles terão de prestar esclarecimentos sobre as denúncias feitas por Márcio Passos.

O empresário disse ter mais de 100 fitas que comprometem integrantes do alto escalão do GDF. Em uma delas, Odilon admite ter recebido propina para agilizar o processo de regularização do Condomínio Alto da Boa Vista, em Sobradinho, e diz que Gim teria feito o mesmo. Filippelli e Weligton Moraes foram citados por Márcio em entrevista ao *Correio*.

Na Polícia Federal, o ofício será encaminhado ao corregedor-geral Angelino Alves de Oliveira. O prazo para a PF colher todos os depoimentos é de 15 dias. Mas o advogado de Gim e Filippelli, Paulo Goyaz, acredita que isso só deve acontecer depois das eleições. "Quem marca a data e o local é o parlamentar, não a Polícia", explicou. Odilon e Weligton não foram encontrados para comentar o assunto.